



O PENSAR SOBRE DECOLONIALIDADE, DO PONTO DE VISTA DA FILHA DO COLONIZADOR, NO “CADERNO DE MEMÓRIAS COLONIAIS”, DE ISABELA FIGUEIREDO: OUTROS VIESES

Cleusa Piovesan – cleusapiovesan@hotmail.com

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste, Cascavel, Paraná, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-9801-7027>

RESUMO: A obra *Caderno de memórias coloniais* (2019), da autora moçambicana Isabela Figueiredo, tema deste estudo, é um texto autobiográfico denso, e que apresenta certa dualidade, por parte da autora, em relação ao processo de colonização das colônias portuguesas e à noção de decolonialidade sobre a qual autores da atualidade têm dado ênfase e têm suscitado diversas abordagens. Apresentamos essa discussão, embasados em Adichie (2009); Lejeune (2009); Lerner (2019); Stevens (2014); Mignolo (2017); De Marco (2024) e Bento (2022), e tecemos uma abordagem sob a perspectiva da voz autoral autobiográfica de Isabela Figueiredo que apresenta, a partir de duas fases distintas de sua vida (em Moçambique e em Portugal), sua visão sobre o processo de dominação imposto pelos escravagistas, bem como a objetificação dos sujeitos negros, principalmente as mulheres, e a naturalidade com que os europeus se autoinstituíam superiores a eles. É uma narrativa que ora tem traços da decolonialidade, e ora, influenciada pelos conceitos eurocêntricos do pai, a autora tende a defender as atitudes dele, causando dúvidas sobre seu posicionamento ideológico. Nosso objetivo é fomentar discussões sobre o viés único da História do povo africano escravizado, mostrado pelo ponto de vista do colonizador, e apresentar o lado do oprimido, do subjugado, objetificado, cuja força de trabalho propiciou bem-estar e prestígio social ao algoz.

PALAVRAS-CHAVE: Memórias coloniais; Decolonialidade; Processo de dominação; Objetificação.

1 INTRODUÇÃO

Caderno de memórias coloniais (2009), da autora moçambicana Isabela Figueiredo, é uma obra autobiográfica que apresenta os conflitos da autora em relação a sua identidade e a seu posicionamento ideológico que, desde menina, em sua condição de menina branca, filha de colonizador, transitava entre a “pretalhada” (termo pejorativo, diga-se), acompanhando o pai, e só na vida adulta tomou consciência de sua condição privilegiada, no mundo de pessoas pretas, escravizadas, sob o domínio da “mão de ferro” do pai, um serviçal do sistema escravagista imposto pelo governo ditatorial de Antônio de Oliveira Salazar, que perdurou de 1932 a 1974 nas colônias portuguesas, culminando na Revolução dos Cravos¹.

Nessa obra, a autora descreve suas vivências e experiências, desde tenra idade, quando começou a perceber, talvez inconscientemente, que as diferenças entre os pretos e os brancos eram injustas, uma vez que ela testemunhava o quão eles eram explorados e maltratados pelos colonizadores. Entre os

¹ A Revolução dos Cravos foi um movimento militar e popular que aconteceu em Portugal, em 25 de abril de 1974, e pôs fim ao regime ditatorial de António Salazar e restaurou a democracia no país.

escravagistas, seu pai, que não os via como seres humanos, apenas como mão de obra a ser explorada e corpos a serem objetificados.

Analisar e tecer apontamentos sobre uma obra que desconstrói o que comumente se caracteriza como escrita decolonial – escrita por negros que foram vítimas ou descendentes de vítimas da escravidão – é, no mínimo, uma contravenção aos cânones das literaturas de raiz africana. É possível perceber que há um “lugar de fala” desterritorializado, se considerarmos o contexto das literaturas decoloniais, por terem essas memórias sido registradas por uma mulher, branca, filha de um colonizador, escravagista, que desfrutou das regalias que a posição do pai lhe dava.

A autora poderia estar investida de todos os “ranços” produzidos pelo sistema patriarcal, que usava e abusava de seu poder, representado pelo homem branco e europeu e seus descendentes, no entanto, apesar de haver resquícios de sua formação eurocêntrica, Isabela Figueiredo consegue imprimir na obra uma denúncia sobre as atrocidades cometidas contra os africanos e seus descendentes, de maneira que, sendo um caderno de memórias, análogo a um documento autobiográfico, apresenta situações sob dois pontos de vista: o da menina, que acompanhou de perto a dominação que o pai exercia sobre os pretos, e a visão da mulher adulta, a Isabela Figueiredo ciente de que presenciara a exploração escravocrata, que analisa o passado sob novos vieses.

O livro, em análise, é um registro que pode ser considerado um relato memorialístico das vivências e das observações de Isabela Figueiredo, durante sua estadia em Moçambique, resgatadas após ela ter se estabelecido em Portugal, que precisa ser analisado à luz das literaturas decoloniais para estabelecer seu real valor, e avaliar o quão de influência eurocêntrica ainda está contida no discurso da autora. Esse artigo traz apenas um breve enfoque para a discussão.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA

2.1 REFLEXÕES TARDIAS, POR MEIO DE MEMÓRIAS COLONIAIS DA AUTORA, INFLUENCIADAS PELA VISÃO EUROCÊNTRICA DE SEU PAI

Todo relato memorialístico apresenta, além da rememoração dos fatos narrados, uma carga de subjetividade que não pode ser descartada ao nos propormos tecer reflexões sobre a visão da autoria sobre os acontecimentos, uma vez que seu envolvimento, seja como personagem ou como autor/observador, tem influência no decurso da diegese. Ainda é preciso levar em consideração a depreciação moral e a objetificação a que o colonizador condicionou os povos escravizados, a fim de tomar uma posição de observador crítico.

Isabela Figueiredo apresenta um discurso, intencionalmente decolonial, porém, em muitas passagens de seu *Caderno de memórias coloniais*, ela apresenta reflexos de sua condição social, de sujeito eurocêntrico, privilegiada por ser a filha do escravocrata e que, por isso mesmo, transitava livremente no

meio da “pretalhada” e podia bisbilhotar o que acontecia entre os negros. As lembranças desse trânsito, em sua vida adulta, consciente das diferenças estabelecidas entre as etnias, traz-lhe a consciência de o quão de brutalidade presenciou e não demonstrou reação para questionar *o status quo*.

Há um processo de perpetuação de valores e de conceitos, impostos pelos colonizadores europeus, não apenas nas colônias portuguesas, perpassados de geração em geração e que se perpetuam, que só podem ser desconstruídos por meio dos estudos do passado histórico das africanidades, conhecendo e reconhecendo suas características culturais e históricas, que são partilhadas por diferentes grupos étnicos africanos, hoje, descendentes de escravos.

Como afirma Mignolo (2017, p. 10), “a analítica da colonialidade (o pensamento descolonial) consiste no trabalho inexorável de desvendar como a matriz funciona, e a opção descolonial é o projeto inexorável de tirar todos da miragem da modernidade e da armadilha da colonialidade”. O relato de Isabela Figueiredo corrobora com as discussões que fomentam a desconstrução do discurso eurocêntrico e resgata os valores e a cultura dos povos africanos, porque registra, mesmo que com certa dualidade de posicionamento, o processo de exclusão e de inferioridade racial, praticado contra os negros nas colônias, que ainda são referenciais para a exclusão dos afrodescendentes.

Antes de prosseguirmos em nossos apontamentos sobre o *Caderno de memórias coloniais*, de Isabela Figueiredo, é preciso especificar alguns conceitos que podem elucidar como a autora lida com essas memórias e o quanto de resquícios do pensamento do colonizador, aprendido com o pai, ainda se mantém em seu relato do tempo em que viveu em Moçambique, porque somente após voltar a Portugal – como uma expatriada – é que ela toma consciência das atrocidades que presenciou. Como salienta De Marco (2024),

[...] o testemunho é diferente da biografia porque, enquanto esta escolhe contar uma vida por seu interesse de caráter individual e singular, aquele reconstitui a história de um ou mais sujeitos escolhidos pela relevância que eles possam ter num determinado contexto social (De Marco, 2024, p. 50).

As conversas que ouvia em rodas de mulheres brancas sobre a sexualidade das negras, só foram entendidas por Isabela na vida adulta, mesmo as tendo testemunhado. Recorda-se que elas, as brancas, usavam uma linguagem depreciativa, pejorativa, quando diziam que “as pretas não eram sérias, as pretas tinham a cona larga, as pretas gemiam alto, porque as cadelas gostavam daquilo. Não valiam nada” (Figueiredo, 2018, p. 34–35). Essa comparação das mulheres negras com um animal também determinava a sua condição de escravas, domesticadas para o trabalho, com seus corpos objetificados à disposição dos desejos sexuais e dos instintos animais dos patrões, seus proprietários.

Como a própria autora cita (Figueiredo, 2018, p. 37), “o meu pai gostava de foder. Eu nunca vi, mas via-se”, e constata em suas memórias que “a sexualidade do meu pai foi uma questão que só me

surgiu, e palidamente, depois dos sete. A certa altura da noite percebi que meus pais fechavam a porta do quarto e a minha mãe parecia chorar". Assim, para uma criança, o sexo não poderia ser uma coisa "sadia", já que era praticado a portas fechadas, pensava ela. Nessa passagem é possível percebermos os interditos impostos à sexualidade das mulheres brancas, porque as negras eram consideradas sujeitos animalizados, que agiam por instintos e, assim, destituídas de pudores.

Isabela, na infância, também tomou consciência de que o pai traía a mãe ao vê-lo "combinar uma rapariga negra". E ficou indignada ao constatar que a mãe era conivente com o comportamento dele, porque "a minha mãe que percebia perfeitamente quando ele andava com outras. Mas fazia de conta que não sabia. Calava-se. Que havia?!" (Figueiredo, 2018, p. 39). Em sua condição de mulher, criada sob os preceitos do patriarcado, a mãe de Isabela era dominada pelo marido e aceitava a traição como parte da normalidade, como ocorreu com muitas mulheres, sem a consciência de que havia um sistema de dominação instaurado e que elas eram apenas um instrumento de reprodução, pois gerariam filhos brancos, para a perpetuação do nome de família, enquanto os maridos renegavam os filhos mestiços ou obrigavam as negras a abortar.

O patriarcado determinava o silenciamento das mulheres que dependiam dos maridos para se sustentarem, e para se mostrarem obedientes aos preceitos da Santa Madre Igreja, instituição que estipulava que o casamento é "indissolúvel". Como afirma Lerner (2019),

[...] o sistema do patriarcado só pode funcionar com a cooperação das mulheres. Assegura-se essa cooperação por diversos meios: doutrinação de gênero, carência educacional, negação às mulheres do conhecimento da própria história, divisão de mulheres pela definição de "respeitabilidade" e "desvio" de acordo com suas atividades sexuais; por restrições e coerção total; por meio de discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político e pela concessão de privilégios de classe a mulheres que obedecem (Lerner, 2019, p. 267).

Nessas memórias coloniais, Isabela apresenta as lembranças de uma vida entre os negros, da qual ela só teve a real dimensão ao se distanciar temporalmente, pois a naturalidade com que vivenciava as situações a sua volta, na infância, só foi percebida ao "sair da ilha", porque a redoma em que era criada não poderia lhe permitir ver além. E a vulgaridade do pai só se tornou um problema, que intensificou os conflitos emocionais entre eles, após ela se distanciar e tomar ciência de que o sistema colonial, centrado nos preceitos do patriarcado, deixou marcas profundas nas comunidades africanas e também em suas memórias que, na atualidade, se revelam como uma denúncia, e ela não poderá ocultá-las sob o manto da indiferença.

2.2 A OBJETIFICAÇÃO DOS CORPOS E A PERMISSIVIDADE DIANTE DO COMPORTAMENTO ABUSIVO DO COLONIZADOR

Os abusos praticados pelos senhores de escravos não se restringiam à exploração da força de trabalho dos negros, porque as mulheres negras sofriam também a exploração sexual e, diferentemente, das mulheres brancas, criadas para obedecer ao marido e suprimir sua sexualidade, mostrando-se recatadas e pudicas, as negras eram consideradas feiticeiras, sedutoras, com um gingado a que os homens brancos não resistiam. Seus instintos de “macho alfa” eram satisfeitos, obrigando-as a manterem relações sexuais, tornando-os, assim, senhores também de seus corpos.

As mulheres brancas falavam abertamente do comportamento de seu pai, de “o que ele fazia nos bairros indígenas antes da chegada de minha mãe, e os herdeiros mulatos que por lá teria deixado antes de casar” (Figueiredo, 2018, p. 39). Além de ser o escravagista que oprimia os trabalhadores negros, homens e mulheres, o pai de Isabela praticava abuso sexual com as negras, porém, diante do poder a ele instituído, não havia reprimendas a seu comportamento porque, entre os colonizadores, a objetificação do corpo das mulheres negras era parte da naturalidade, e elas eram pagas, para serem motivadas a servi-las, sem se revoltar, o que ainda servia para desprestigiá-las, como se fossem as negras que se oferecessem a eles, por dinheiro.

Os discursos memorialísticos de Isabela Figueiredo fazem mais do que uma crítica ao comportamento do pai, seu “ídolo de barro”, por isso, na vida adulta, ao tomar consciência das barbaridades praticadas por ele, ela apresenta um discurso de ressentimento, muito mais do que de decolonialidade, porque também pode ser percebido um espaço psicológico, em que a autora imerge numa espécie de purgatório para os pecados do pai, tentando justificar os atos de barbárie praticados por ele, uma vez que ela também estava inserida em uma estrutura racista e, à época, não tinha ciência da dimensão disso.

Em várias passagens do livro, a autora faz questão de ressaltar as conversas das mulheres brancas a respeito das negras. Em um relato que causa revolta, e faz-nos avaliar a dimensão da objetificação e da especulação que as mulheres brancas faziam sobre a sexualidade tanto das mulheres quanto dos homens negros, Figueiredo (2018) destaca que elas

[...] falavam das “cabras das pretas e da facilidade com que tinham filhos uns atrás dos outros, porque eram muito abertas e também gostavam... e alude subrepticamente ao que se dizia serem as características dos órgãos sexuais masculinos do negro e voltavam ao tema de que as negras gostavam de fazer aquilo... e esta conversa sempre me cheirou a estupro (Figueiredo, 2018, p. 39).

Entrelaçando as memórias, numa cronologia não linear, Isabela Figueiredo apresenta *flashes* de o que mais lhe marcou, após tomar a consciência da objetificação dos corpos das negras. Os relatos da

autora só reforçam a crueldade a que os indivíduos afro e seus descendentes foram submetidos e que, se não purgam seus pensamentos, ao menos se tornam provas de que “a carne negra” já era a mais barata do mercado, desde a escravidão, e que se faz mister conhecer muitas memórias coloniais para que se possa desconstruir o real conceito de superioridade eurocêntrica e o quão ela foi castradora da humanidade dos sujeitos negros. Figueiredo (2018) ressalta que

[...] uma branca não admitia que gostasse de foder, mesmo que gostasse. E não admitir era uma garantia de seriedade para o marido, para a imaculada sociedade toda. As negras fodiam, essas sim, com todos e mais alguns, com os negros e os maridos das brancas, por gorjeta, certamente, por comida, ou por medo (Figueiredo, 2018, p. 40).

Percebe-se assim, que as mulheres brancas estavam condicionadas a realizar os desejos sexuais dos maridos sem questionar, porque sua conduta ilibada e assexuada deveria ser mantida, socialmente, e dentro das quatro paredes, porque se elas demonstrassem um apetite sexual demasiado seriam comparadas às negras, o que as deixaria na mesma condição animalizada, pois não seriam racionais o suficiente para conter seus instintos. E também, as brancas acreditavam que as negras se prostituíam, e em sua concepção equivocada, que as negras “gostavam” do assédio dos brancos, o que lhes garantia o sustento, quando não tinham mais medo.

Seguindo a linha de pensamento de De Marco (2024, p. 59), “a experiência não supõe apenas a reflexão sobre o vivido, mas sim o movimento de reflexão sobre o conhecimento já construído”, por isso, ao analisarmos a obra de Isabela Figueiredo é preciso nos atentarmos para não distanciar o testemunho que ela dá dos fatos que presenciou (mesmo sendo uma criança) ao resgatar essas memórias autobiográficas. Ambos os casos nos dão a possibilidade de questionar a posição de narradora, onisciente, que, sendo uma menina branca, poderia ter construído em seu imaginário uma história que a isentasse da responsabilidade de achar anormal a atitude do pai com os negros, mesmo porque, em algumas passagens, ela relata a devoção incondicional ao pai.

De Marco (2024, p. 57), ao considerar a literatura de testemunho um trânsito entre o historiográfico e o literário, considera que, “no plano literário, o escritor interroga-se sobre a possibilidade de encontrar a frase justa e a imagem adequada, sobre o poder de expressão da palavra e os impasses de traduzir o vivido, de dizer o indizível”, enquanto a História, construída pelo poder da elite dominante, falseia os acontecimentos em seu favor. Assim, ao testemunhar fatos vivenciados e transcrevê-los com uma lacuna de tempo considerável, é possível que a autora não seja totalmente confiável, mesmo apresentando alguns fatos incontestáveis, uma vez que a memória individual e a memória coletiva são passíveis de influências externas e de falhas, e podem apresentar lapsos sobre os eventos.

Na produção memorialística é preciso considerar, além do contexto histórico e dos impactos que os eventos provocam na vida dos sujeitos, suas relações, individuais e sociais, atuais e futuras, contemplando as várias facetas de uma mesma situação. Para Cida Bento (2022),

[...] descendentes de escravocratas e descendentes de escravizados lidam com as heranças acumuladas em histórias de muita dor e violência, que se refletem na vida concreta e simbólica das gerações contemporâneas. Fala-se muito na herança da escravidão e nos seus impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas (Bento, 2022, p. 23).

A percepção de Isabela Figueiredo, ainda criança, sobre as diferenças raciais, também comentadas pelas mulheres brancas em suas conversas, depreciando as negras, são marcas das memórias coloniais que ela registra em seus escritos. E Figueiredo, em seu relato que mescla o histórico ao literário, não poupou o leitor de descrições detalhadas de suas memórias, aludindo às especificidades sexuais de homens e de mulheres negras, porque as conversas das mulheres brancas denotavam as particularidades que diferenciavam brancos e negros, as quais ainda permeiam o imaginário popular.

Pode-se perceber, como, em suas memórias, Isabela Figueiredo destaca o quão o poder do falo está presente na sociedade patriarcal, porque, para os homens, o fato de que, supostamente, os negros possuem o órgão sexual maior do que o dos indivíduos brancos é fator de desprezo porque se sentem inferiorizados, uma vez que o tamanho do órgão sexual parece ser mais importante do que sua função, e para quem se sente o dominador, ter um pênis pequeno seria motivo de desvalorização entre as negras, que eles “visitavam” impondo sua virilidade.

Por meio das memórias coloniais, Isabela Figueiredo faz a denúncia do processo de descaracterização da população negra, comparando-a com a população branca, não apenas em seus costumes e tradições culturais, mas também em seu fenótipo, desprovendo-a de beleza e promovendo julgamentos depreciativos a características físicas, aparentes ou não, como é o caso da apologia aos órgãos sexuais femininos e masculinos. Esse tipo de apontamento, por parte das mulheres brancas, fez com que a autora questionasse a validade dos conceitos estipulados, desde sua infância, para que pudesse tentar desconstruí-los e olhar para o passado, instituindo-se de visão crítica. A análise do processo de exclusão contra os negros foi percebido por ela como um meio de mantê-los sob a dominação hegemônica dos brancos.

Isabela recorda-se o quão inocente era quando se tratava de questões relativas à sexualidade. Quando apareceu em sua casa um livro com ilustrações de homens e mulheres nus, ela o encontrou e leu, mas o escondia, porque tomara consciência da obscuridade do tema. Isabela (Figueiredo, 2018, p.

38) diz que "ficou a perceber que o sexo era trabalhoso, eventualmente uma porcaria, embora houvesse interessantes potencialidades a explorar".

Mesmo que por meio da voz autoral da filha do colonizador, que pode nos apresentar um olhar dúbio das situações vivenciadas, aponta-nos Cida Bento (2022, p.24) que “é urgente fazer falar o silêncio, refletir e debater essa herança marcada por expropriação, violência e brutalidade para não condenarmos a sociedade a repetir indefinidamente atos anti-humanitários similares”. As memórias coloniais de Isabela Figueiredo se tornam um registro essencial para a compreensão da relação desigual estabelecida entre dominadores e dominados, e podem ampliar os estudos sobre o tema, ainda desprezado por quem se apropria dos privilégios da dominação por meio das diferenças étnicas.

Figueiredo também relata que sua curiosidade ficou aguçada, e a oportunidade de conhecer o sexo veio com a proposta do Luizinho, filho de um vizinho (Figueiredo, 2018, p. 48) “perguntou-me ‘queres jogar a foder?’. Jogar a foder?! Ora aí estava uma brincadeira que não conhecia, nunca tinha jogado na escola e não imaginava mesmo como seria”. Inocentemente, Isabela aceita a brincadeira com o amigo escravo, mas o pai os surpreendera, quando estavam nus, e Isabela "segundos antes da pancada, já tinha certeza absoluta de que foder era proibidíssimo" (Figueiredo, 2018, p. 49).

Esses relatos da intimidade da autora, numa narrativa entre a inocência e a consciência, reforçam os conceitos do patriarcado e determinam o lugar da mulher, desde a infância. Para o pai, sair a foder com as negras fazia parte de sua naturalidade masculina, mas à mulher e à filha essa naturalidade se tornava algo a ser combatido. Para Stevens (2014),

[...] entre o dispositivo da sexualidade, o dispositivo amoroso e o da violência, as mulheres-construídas em corpos sexuados têm sido levadas ou obrigadas a seguir os ditames do patriarcado. Mas os feminismos estão vivos e atuantes para erradicar do imaginário e das práticas sociais estes abusos (Stevens, 2014, p. 46).

Essa construção histórica, como bem destaca Stevens, não tem mais lugar na sociedade contemporânea, por isso, a obra *Cadernos de memórias coloniais*, de Isabela Figueiredo, além de ser de cunho subjetivo, traz-nos um alerta sobre o tipo de práticas que devem ser erradicadas, entre elas, os preceitos eurocêtricos de divisão entre etnias e a desqualificação da mulher por ser negra ou de classe social inferior, e ainda a diferenciação nas relações de gênero. Nesse sentido, o livro apresenta a dicotomia do foco narrativo, representado pelo discurso da Isabela criança e pelo discurso da Isabela já adulta, uma mulher ciente de que seu passado colonial tem de ser revelado e tem valor documental.

A lembrança das tardes de domingo, quando a diversão era ir ao cinema, faz com que Isabela se recorde da distinção que havia entre negros e brancos, porque era permitido aos negros irem ao cinema, mas havia espaços determinados onde cada um deveria se sentar. Ela possuía um anel que achava

desconfortável no dedo e aproveitou a oportunidade para se livrar dele rolando sobre as cadeiras até chegar à frente, lugar das cadeiras de pau reservadas aos negros. Diria que havia perdido o anel, porém, surpresa, viu um menino negro saindo de seu lugar e perguntando nas fileiras dos brancos “este anel é daqui?”. Esse episódio é um marco na vida da autora porque desconstrói tudo o que lhe haviam ensinado sobre o caráter dos negros, que sempre eram vistos com desconfiança. Isabela Figueiredo (2018) relata que

[...] para os brancos, um preto, lá na primeira plateia, nunca olhava para trás por bons motivos. Ou lançava o amarelo do olho contra a natura às brancas, ou procurava o que roubar, ou destilava ódio. De modo geral, no cinema ou fora dele, o olhar dos negros nunca foi, para os colonos, inocente: olhar um branco, de frente, era provocação; baixar os olhos, admissão de culpa. Se um negro corria, tinha acabado de roubar; se caminhava devagar, procurava o que roubar (Figueiredo, 2018, p. 72).

Esses preconceitos a respeito dos negros eram incutidos às crianças brancas, desde pequenas. Desconstruir esse estereótipo e formar opinião própria só poderia acontecer ao se isolar da “ilha” de influência que o colonizador impunha a sua própria descendência, afinal, era necessário perpetuar o processo de dominação, que era herdado de geração em geração, geralmente, pelos homens. As mulheres, mais sensíveis à condição de humanidade, sensibilizavam-se com a condição sub-humana com que os negros eram tratados e, mesmo também sendo subjugadas, poderiam questionar o comportamento do colonizador, uma vez que sua posição social era favorável a isso, porém, poucas afrontavam o sistema em defesa dos negros.

2.3 A LITERATURA DE TESTEMUNHO, REPRESENTADA PELA FICÇÃO AUTOBIOGRÁFICA

Como Isabela Figueiredo é uma narradora de si, há um duplo posicionamento em seu discurso. Enquanto ela está em Moçambique, a naturalidade com que os fatos ocorrem a sua volta não permitem que ela tenha consciência de toda a opressão praticada pelo pai, a pessoa que ela idolatrava em sua infância, e pelos demais colonizadores. Voltar-se para si, encontrar o fio condutor de sua existência, por meio das relações memorialísticas entre o passado e o presente, e firmar sua identidade de sujeito social, na atualidade, foi necessário para que pudesse registrar suas memórias do período colonial.

Um texto de cunho autobiográfico é um relato da retrospectiva da vida do autor, em prosa, dando ênfase a passagens intimistas e, em particular, destacando fatos históricos relacionados a seu comportamento e à sua personalidade, expondo sua visão dos acontecimentos e sua percepção sobre eles. Philippe Lejeune considera a posição da autoria autobiográfica como uma posição “marginal”,

situada entre os elementos textuais e extratextuais, porque autor e personagem se fundem despertando desconfiança sobre a veracidade dos fatos narrados. Lejeune (2009) salienta que

[...] qualquer narrativa em primeira pessoa implica que o personagem, mesmo se o que é contado a respeito dele são aventuras longínquas, é também, ao mesmo tempo, a pessoa atual que produz a narração: o sujeito do enunciado é duplo por ser inseparável do sujeito da enunciação; ele só se torna novamente simples, a rigor, quando o narrador fala de sua própria narração atual, nunca no outro sentido, para designar um personagem sem conexão com o narrador atual (Lejeune, 2009, p. 39-40).

Pela concepção desse autor podemos justificar a posição da autora/personagem, porque, ao se deslocar para Portugal, Figueiredo mostra uma consciência sobre os fatos vividos, não percebidos antes, no afã dos acontecimentos, pela influência patriarcal e pelo que sua formação europeia lhe mostrava: uma realidade induzida pelo pensamento do colonizador, com o qual ele detinha o poder, enquanto os negros eram considerados seres inferiores, animalizados, destinados ao trabalho e à servidão. As mulheres negras ainda sofriam a objetificação de seus corpos, disponíveis aos prazeres dos homens brancos, sem escolha, e ainda eram consideradas culpadas por se apresentarem sensuais, o que justificava o incontido desejo sexual dos homens brancos.

Ao analisarmos como a literatura decolonial apresenta uma diversidade de vozes, que investem o narrador de uma autoridade de fala, do ponto de vista do qual apresenta as situações, vividas ou observadas, percebemos que em *Cadernos de memórias coloniais*, Isabela Figueiredo alterna seu foco narrativo, e chega a confundir o leitor quanto à sua defesa da decolonialidade. Um dos fatores que conferem essa dúvida é o fato de o relato ser parte de suas memórias, tanto em Moçambique quanto em Portugal. Como afirma De Marco (2024)

[...] a literatura de testemunho impõe à cadeia língua, nação e tradição literária nacional uma fratura irrecuperável, pois, talvez pelo fato de ser ela proveniente da zona de exclusão criada pela violência de Estado racionalmente administrada, expõe a radical ausência de qualquer abrigo. A tensão entre o escritor e sua língua manifesta-se de diferentes modos nessa literatura (De Marco, 2024, p. 63).

O deslocamento territorial de Isabela Figueiredo, saindo de Moçambique, seu país natal, mas filha de colonizador, também lhe causa estranhamento, uma vez que, chegando em Portugal, ela também não tem o sentimento de pertencimento. É uma mulher branca, nascida em um país africano, que cresceu nesse país, e que após a independência de Moçambique, é obrigada a morar em Portugal e não se sente pertencente a nenhum dos espaços, por isso, esse *Caderno de memórias coloniais* apresenta um texto denso, com um discurso dubio, mas que também apresenta uma narradora que altera seu posicionamento, influenciada pelo lugar e pelo contexto social em que está inserida.

Chimamanda Adichhie (2009, p. 14) nos alerta sobre o foco narrativo das narrativas, de qualquer gênero em prosa quanto as memorialísticas, porque “a história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história”. No caso de Isabela Figueiredo, a voz autoral da filha do colonizador não consegue alcançar a dimensão do sofrimento impingido aos negros escravizados, porque há toda uma carga de sua educação europeia que, por mais que ela tente fazer um relato mais humanizado, em certas passagens denunciam sua origem branca e privilegiada.

É perceptível, no decurso do relato memorialístico, um momento de transição entre a infância e a fase das primeiras experiências da autora com a consciência de si e do mundo. Em sua percepção de que havia um mundo além do que estava a sua volta, Isabela compara seu cérebro a uma tangerina se abrindo, quando descobre o poder da leitura. Em um passeio com o pai vem-lhe a revelação desse poder e, a partir daí sua relação com o pai se tornou conflituosa. Como constata Figueiredo (2018),

[...] a partir dessa tarde de sábado, embora a minha prisão física não se alterasse, e os muros continuassem altos a minha volta, em todos os lugares, apossei-me da ferramenta com que escavaria a minha liberdade. [...] Foi quando, devagar, comecei a tornar-me a pior inimiga do meu pai. A inimiga lá dentro, calada. Que vê e escuta sem ter pedido autorização, porque está incluída, porque faz parte (Figueiredo, 2018 p. 83).

Isabela Figueiredo percebeu que com a leitura poderia não apenas ler as letras, mas ler o mundo a sua volta – o mundo repleto de injustiças, do qual seu pai fazia parte e arrastava sua mãe e ela, naturalizando o que ele considerava justo, porque, como homem branco, ele criava e impunha os próprios conceitos de justiça. E assim, Isabela Figueiredo (2018, p. 84), após ter se deitado com um preto, teve a revelação de que “o meu pai tinha a camisa branca e eu, o seu tesouro, a sua vida, sujei-lha de terra para sempre”. Essa é uma mancha que estará presente na relação da autora com o pai, mas, a partir da tomada de consciência de quão opressor o pai era, ela foi desconstruindo a imagem de herói que atribuía a ele, quando criança.

O texto de Isabela Figueiredo transita entre os discursos do eu e do outro. A autora apresenta dois lados de uma mesma moeda: a visão eurocêntrica do colonizador, que detém o poder de usufruir não apenas do trabalho dos negros, mas de seus corpos e de suas mentes, que demonstra um comportamento abusivo e desumano; e a visão do africano escravizado, sem direito a se manifestar, condenado a aceitar sua condição de sujeito social, excluído e destituído de seus direitos como ser humano, à mercê de um sistema que o explora e que o animaliza, que ela só percebe ao se distanciar dos acontecimentos.

Isabela, na infância, tinha consciência de que se travava uma guerra em Moçambique, contra Portugal, porém, desconhecia realmente por que estavam lutando, até a culminância da Revolução dos

Cravos² em 25 de abril de 1974. As notícias vinham de que a guerra era no Norte. Como Figueiredo (2018) destaca:

[...] os tumas, todos ladrões, queriam roubar a terra aos portugueses. Vinham da Tanzânia com a pele muito preta e maldosa. Era preciso defender a nossa terra, por isso é que chegavam os soldados de Portugal. Também havia soldados pretos. Esses, faziam-nos comandos, para irem à frente e morrerem primeiro; assim se poupava um branco. Que os pretos morressem na guerra era mal menor. Era lá entre eles (Figueiredo, 2018, p. 86).

A consciência de que as lutas eram pela libertação da colônia veio a Isabela muito mais tarde, bem como a consciência da necessidade dessas lutas para que os negros tivessem sua dignidade resgatada, mesmo porque, após a independência, o processo de escravização perpetuou-se por muito tempo. Se considerarmos o “pacto autobiográfico” defendido por Lejeune (2029), entendemos que

[...] ao fazer um acordo com o narratário cuja imagem constrói, o autobiógrafo incita o leitor real a entrar no jogo dando a impressão de um acordo assinado pelas duas partes. Mas sabe-se que o leitor real pode adotar modos de leitura diferentes do que é sugerido e que, sobretudo, muitos textos publicados não comportam nenhum contrato explícito (Lejeune, 2009, p. 57).

Na dualidade da posição autoral, e no entendimento que damos ao texto, é possível fazermos a distinção entre as duas posturas de Isabela Figueiredo e o conflito identitário que ela enfrentava, uma vez que, como filha do colonizador, fora educada para repetir o comportamento do pai; e como uma mulher repatriada, encontrava-se fora de um contexto em que fosse aceita como descendente de europeu, por ter nascido em um país africano e por não possuir as condições financeiras que caracterizá-la-iam como europeia.

O registro que resgata essas memórias coloniais é realizado por meio de fragmentos, uma vez que a diegese não é linear, e o que lhe confere valor documental é a mescla dos relatos entre a inocência da criança e a consciência da mulher madura, que teve acesso à uma educação formal, pelo privilégio de ser branca e rica (enquanto filha do colonizador em Moçambique) e, assim, foi capaz de reelaborar os fatos, na vida adulta, analisando-os criticamente, e percebendo o quão, involuntariamente, fez parte deles, vivendo os privilégios da filha do colonizador que, com “mão de ferro”, comandou seus escravizados, considerando-os apenas instrumentos de trabalho, e até mesmo animais, não seres humanos. Como destaca Lerner (2019).

[...] sempre houve uma pequena minoria de mulheres privilegiadas, em geral da elite dominante, que tinham acesso ao mesmo tipo de Educação de seus irmãos. Das fileiras

² Disponível em: <https://www.politize.com.br/revolucao-dos-cravos/>

dessas mulheres surgiram as intelectuais, as pensadoras, as escrituras, as artistas. Foram essas mulheres que, ao longo da história, tornaram-se capazes de nos dar uma perspectiva feminina, uma alternativa ao pensamento androcêntrico (Lerner, 2019, p. 274).

Essa consciência de Isabela, adquirida com os estudos, é que faz com que a autora viva em conflito com seu pai, porque ele representa a visão do colonizador e expressa o tempo todo a manutenção de determinadas hierarquias que mantêm os privilégios dos povos colonizadores sobre os povos colonizados. É também a inquietação em sua consciência que a faz escrever *Cadernos de memórias coloniais*.

A desumanização criada pelo processo de colonização apresenta resquícios muito fortes e difíceis de combater, uma vez que os africanos, os povos originários e outros povos que foram escravizados não têm acesso aos mesmos bens culturais e de consumo do que os descendentes dos europeus colonizadores, estipulando, assim, uma barreira para que esses povos autentiquem suas identidades como sujeitos sociais.

Desconstruir o estereótipo criado pelo colonizador, apresentado como herói, conquistador, desbravador de terras primitivas, faz-se necessário para mostrar que os processos de desapropriação das terras, de exploração das riquezas, de destituição da cultura foram tão intensos quanto a destituição da humanidade desses sujeitos, considerados, praticamente, selvagens. Como salienta Adichie (2009),

[...] as histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (Adichie, 2009, p. 14).

Com a hierarquia do poder, do saber e do ser, é preciso reconhecer o valor do sujeitos de todos os povos, sem categorização por qualquer característica genética ou fenotípica, porque são sujeitos produtores de conhecimento, de cultura, de ciência, por isso não basta criticar o sistema colonial, é preciso reconhecer que foi um processo de dominação opressor, indigno, que abusou da supremacia, que atribuiu a si o direito a silenciar a voz do sujeitos que denominou inferiores e destituídos de intelecto, mas com força de trabalho que servira aos seus propósitos de invasores de terras que já possuíam donos. Foi a fórmula que os colonizadores europeus encontraram para efetivar as conquistas de novos territórios, com a exploração de sujeitos, dos quais só lhes interessava a força física, a disposição para o trabalho para a extração de riquezas e o cultivo das terras.

Isabela Figueiredo transmite suas memórias coloniais, as quais abordam as subjetividades formadas a partir das ideologias dos colonizadores, que destituíram os valores da ancestralidade e das culturas dos povos colonizados, que não mais coadunavam com a visão de mundo que ela adotou, a partir da consciência sobre os abusos do poder do colonialismo. É uma obra que abre discussões sobre

como um relato pessoal pode abranger não apenas a subjetividade da autora, mas elucidar os impactos do poder eurocêntrico sobre a população das colônias portuguesas e de seus descendentes.

3 CONCLUSÃO

Ao nomear seus relatos de *Cadernos de memórias coloniais*, Isabela Figueiredo nos apresenta um retrato cruel da colonização, do qual apenas depois de adulta ela toma consciência de o quão isso impactou e ainda impacta na vida e na construção da identidade dos sujeitos afro e de seus descendentes. Sua percepção de que os conceitos coloniais estão centrados na lógica da supremacia branca, que visam a manutenção da hierarquia criada pela colonização e pela escravização nos dá a dimensão de o quão esses indivíduos foram desumanizados pela manutenção do poder eurocêntrico, que se expandiu a todas as colônias portuguesas e ainda registra suas marcas em casos constantes de racismo.

Assim, os relatos de Figueiredo corroboram para formar a consciência de que não é mais possível adotar o discurso da supremacia branca, europeia, e manter a negação de todas as identidades e subjetividades dos povos escravizados e de seus descendentes. É preciso atuar em favor da defesa da colonialidade para romper a hierarquia que se perpetua, mesmo após os processos de independência, uma vez que a riqueza da cultura e das tradições africanas estão presentes em todas as nações que se utilizaram da força de trabalho dos negros, sem considerá-los “seres humanos”.

Como aparte, percebemos que o discurso da autora/narradora não apresenta bases que representem uma ideologia autêntica, porque há sempre uma dicotomia representada por divergências, como se fosse um pêndulo, porque ela ora assume o discurso da menina branca, que nasceu e viveu sua infância numa comunidade de negros escravizados, e que ainda não entendia a razão da diferenciação entre as etnias; e ora o discurso de uma mulher branca, um sujeito consciente das atrocidades que o colonizador cometeu contra os africanos, mas destituída de sua condição de sujeito social branco, inserida em um contexto ao qual não pertencia mais.

Ainda, é preciso considerar que, ao imigrar a Portugal, seu discurso como relatora de memórias se altera, porque a sociedade portuguesa, extremamente bairrista, mantém o discurso colonialista também com os brancos pobres, que eram tratados quase que nas mesmas condições em que os negros, já libertos ou ainda escravizados. Isabela faz parte dessa população que, mesmo sendo descendente legítima de um português, é inferiorizada. Como aponta De Marco (2024, p.64), “conviver com o desabrigo da língua é uma dimensão íntima de quebra da condição de pertença que frequentemente, mas não sempre, está acompanhado da perda da pátria, do conforto cultural de estar em seu lugar, entre os seus”.

Talvez venha de sua condição de expatriada a necessidade de expor a público *Cadernos de memórias coloniais*, porque essas memórias representam mais do que uma denúncia sobre as condições desumanas

com que os negros eram tratados, mas uma forma de conciliar-se com os sentimentos antagônicos em relação a seu pai, reconhecendo o quão ele foi responsável pela manutenção da opressão contra os negros e do eurocentrismo. Relatar essas vivências é um modo de reavaliar o comportamento do pai com o distanciamento necessário para julgá-lo com menos parcialidade.

Afinal, o tempo embaça o passado e permite rever os fatos com menos rigor. Isabela Figueiredo faz uma tentativa de purgá-lo, em muitos momentos da narrativa, justificando os atos do pai, à luz dos preceitos patriarcais. O que não podemos é corroborar com a manutenção dos preconceitos raciais e considerar natural esse resgate, por meio de memórias, com teor de denúncia, mas com um discurso ambíguo que não define a ideologia da autora.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Gnozi. *O perigo de uma história única*. Tradução: Júlia Romeu, 1 ed. - São Paulo, Companhia das Letras: 2009.

BENTO, Cida. *Pacto da Branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DE MARCO, Valéria. *A literatura de testemunho e a violência de Estado*. Lua Nova, n. 62, p. 45-68, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n62/a04n62.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Organização de Jovita Maria Guerheim Noronha e tradução de Jovita Maria Guerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Editora UGMG – Belo Horizonte, 2009.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

MIGNOLO, Walter D. *Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade*. Tradução de Marco Oliveira. Duke University, Durham, NC, EUA. – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro – RJ, Brasil. DOI 10.17666/329402/2017.

SEGATTO, Bruno Félix. O que foi a Revolução dos Cravos de 1974? – *Politize!* – Publicado em 12/06/2024. Disponível em: <https://www.politize.com.br/revolucao-dos-cravos/>. Acesso em 17 dez. 2024.

STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska (org.). *Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas*. Editora Mulheres, 2014.

Title

Thinking about decoloniality, from the point of view of the colonizer's daughter, in the “Notebook of colonial memories”, by Isabela Figueiredo: other bias.

Abstract

The work *Notebook of colonial memories* (2019), by Mozambican author Isabela Figueiredo, the subject of this study is a dense autobiographical text that presents a certain duality, on the part of the author, in relation to the process of colonization of the Portuguese colonies and the notion of decoloniality on which current authors have emphasized and have raised different approaches. We present this discussion, based on Adichie (2009); Lejeune (2009); Lerner (2019); Stevens (2014); Mignolo (2017); De Marco (2024) and Bento (2022), and we weave an approach from the perspective of Isabela Figueiredo's autobiographical authorial voice which presents, from two distinct phases of her life (in Mozambique and in Portugal), her vision of the process of domination imposed by slave owners, as well as the objectification of black subjects, especially women, and the naturalness with which Europeans established themselves as superior to them. It is a narrative that sometimes has traces of decoloniality, and sometimes, influenced by her father's Eurocentric concepts, the author tends to defend his attitudes, raising doubts about her ideological positioning. Our objective is to foster discussions about the unique bias of the History of the enslaved African people, shown from the colonizer's point of view, and to present the side of the oppressed, the subjugated, the objectified, whose labor force provided well-being and social prestige to the executioner.

Keywords

Colonial memories; Decoloniality; Process of domination; Objectification.

Recebido em: 08/03/2025

Aceito em: 23/04/2025